

Parecer nº 167/99

Data: 1999.10.20

Processo nº 683

Requerente: Rui Eugénio Varão Mouta

Requerido: Inspector Geral de Saúde.

1. O pedido

1.1. O queixoso, identificado no processo, dirigiu ao presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) ao abrigo do artigo 16º da Lei 65/93, de 26 de Agosto – designada abreviadamente por LADA - uma queixa pelo indeferimento dos pedidos constantes do requerimento dirigido ao Inspector Geral de Saúde e correspondentes às fotocópias dos seguintes documentos:

- a) Despachos do Senhor Inspector Geral de Saúde, exarados no processo de inquérito (já arquivado) em que foi visado determinado médico;
- b) Processo de eleição dos membros da comissão paritária para o ano de 1997, incluindo os despachos, expediente e avisos;
- c) Despacho de nomeação dos notadores para o ano de 1998;
- d) “Abaixo-assinado” subscrito por alguns inspectores da Inspecção Geral de Saúde (IGS) dirigidos ao Inspector Geral, na sequência da publicação de uma notícia do Jornal “O Independente”, incluindo o texto e as assinaturas de todos os subscritores;
- e) Despacho da nomeação, ou da sua publicação no Diário da República, no caso de ter sido feita a nomeação de um médico, para o cargo de subinspector-geral da Saúde.

1.2. Apenas foi satisfeita a parte referente à alínea c). O Inspector Geral argumentou que, não tendo sido indicados a finalidade nem o interesse directo e pessoal do requerente, não poderia deferir os pedidos correspondentes às

alíneas *a)*, *b)*, *c)* e *e)*. Entendeu também que o pedido da fotocópia referente à eleição dos membros da comissão paritária seria extemporâneo por já ter decorrido mais de um ano e que o documento referido na alínea *d)* não estaria abrangido pela Lei do Acesso aos Documentos Administrativos, por ser um documento particular e não um documento administrativo.

2. Apreciação

2.1. De acordo com a Lei 65/93 de 26 de Agosto, com as alterações correspondentes da Lei nº 8/95 de 29 de Março e 94/99, de 16 de Julho, os documentos cujo acesso é regulamentado são os que têm origem ou são detidos por órgãos do Estado que exerçam funções administrativas, nos quais se inclui a Inspeção Geral de Saúde (cf. o nº 1 do artigo 10º, nº 2 e nº 1 do artigo 3º).

Determina o artigo 4º, nº 1 alínea *a)* que, para efeitos desta lei, são considerados documentos administrativos: “quaisquer suportes de informação gráficos, sonoros, visuais, informáticos ou registos de outra natureza, elaborados ou detidos pela Administração Pública, designadamente, processos, relatórios, estudos, pareceres, actas, autos, circulares, ofícios-circulares, ordens de serviço, despachos normativos internos, instruções e orientações de interpretação legal ou de enquadramento da actividade ou outros elementos de informação”;

O nº 2 deste artigo 4º exclui desta definição:

- a) As notas pessoais, esboços, apontamentos e outros registos de natureza semelhante;
- b) Os documentos cuja elaboração não releve da actividade administrativa, designadamente, os referentes à reunião do Conselho de Ministros e de Secretários de Estado, bem como à sua preparação.

2.2 Existe um perfeito enquadramento legal do pedido quanto ao acesso aos documentos referidos nas alíneas do requerimento e quanto à forma para ele prevista.

De facto, em nenhum dos casos parece estar em causa o acesso a documentos nominativos, situação em que teria cabimento a exigência da indicação da finalidade e a fundamentação do interesse directo e pessoal do requerente, além do parecer favorável da CADA.

Nos termos do nº 5 do artigo 7º, como o acesso aos inquéritos e sindicâncias pode ter lugar após o decurso do prazo para eventual procedimento disciplinar, não pode ser recusado o pedido correspondente à alínea a) do requerimento, visto que esse processo teria decorrido há vários anos, (provavelmente, em 1990). No caso de ser possível expurgar da informação a matéria reservada porventura existente, o nº 6 prevê a comunicação parcial, isto é sem essa informação reservada.

Não colhem também os fundamentos de recusa nos outros casos em que o direito de acesso geral não sofre qualquer limitação, nem a alegação de que o abaixo-assinado é um documento particular e como tal excluído da aplicação da LADA: a qualificação como documento administrativo não decorre apenas de ele ser produzido pela Administração, mas também da circunstância de ser por **ela detido**, como prevê a alínea a) do nº 1 do referido artigo 4º.

Finalmente, o direito à informação sobre a nomeação para o cargo de subinspector-geral da Saúde cabe no previsto dos nºs 1 e 2 do artigo 7º da LADA que dispõem:

1. Todos têm direito à informação mediante o acesso a documentos administrativos de carácter não nominativo.

2. O direito de acesso aos documentos administrativos compreende não só o direito de obter a sua reprodução, bem como o direito de ser informado sobre a sua existência e conteúdo.

3. **Conclusão**

Tendo em conta a fundamentação antecedente, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos delibera emitir o parecer de que a queixa apresentada é procedente e deve ser concedido ao queixoso o acesso solicitado a todos os documentos que indicou no requerimento dirigido ao Senhor Inspector Geral de Saúde.

Comunique-se aos interessados.

Lisboa, 20 de Outubro de 1999.

Branca Amaral (Relatora) – *José Magalhães* – *Silva Marques* – *Narana Coissoró* – *Francisco de Brito* – *Renato Gonçalves* – *Amadeu Guerra* – *Castro Martins* (Presidente)